

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.472 - SP (2019/0005626-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **CONDOMINIO ANA MARIA**
ADVOGADO : **MAURO FERREIRA ROSSIGNOLI - SP243281**
EMBARGADO : **MARCO ANTONIO LEMOS**
ADVOGADO : **MARCO ANTÔNIO LEMOS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP154573**
INTERES. : **DONATO RUSCILLO - ESPÓLIO**
INTERES. : **FRANCISCO PICHECA RUSCILLO - ESPÓLIO**
REPR. POR : **MARILENA PICHECA RUSCILLO LEMOS - INVENTARIANTE**
ADVOGADO : **MARILENA PICHECA RUSCILLO LEMOS (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP263971**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 195-198 e-STJ) opostos por CONDOMINIO ANA MARIA à decisão (fls. 188-192 e-STJ) que não conheceu do recurso especial.

Em suas razões, o embargante sustenta omissão da decisão quanto a suposta demonstração das circunstâncias que assemelham o presente caso aos casos paradigmáticos trazidos em seu recurso especial.

Alega também ter existido prequestionamento implícito dos dispositivos federais tidos por violados.

É o relatório.

DECIDO.

Não prospera a inconformidade veiculada nos presentes aclaratórios.

A decisão embargada não padece de nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios enumerados no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quais sejam: obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

No caso dos autos, o recurso especial não foi conhecido porque não foi indicado qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, o que ensejou a aplicação, por analogia, da Súmula nº 284/STF e, ainda, por não ter a recorrente promovido, nas razões do recurso, a adequada demonstração do dissídio pretoriano ali suscitado. É o que se colhe das razões da referida decisão:

"(...)

A insurgência não merece prosperar.

O recurso especial fundamentado em dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

Com efeito, se nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente

Superior Tribunal de Justiça

demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284/STF, a inviabilizar o conhecimento do recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS TIDOS POR VIOLADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O conhecimento do recurso especial interposto com amparo no art.

105, III, c, da CF exige, também, a indicação do dispositivo de lei federal, pertinente ao tema decidido, que supostamente teria sido objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula nº 284 do STF.

3. A alegada afronta à lei federal não foi demonstrada com clareza, pois as razões recursais apresentadas se encontram dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, o óbice da Súmula nº 284 do STF.

4. Agravo interno não provido".

(AgInt nos EDcl no AREsp 1085038/MA, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 2/10/2017 - grifou-se).

Ademais, nos termos dos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a divergência jurisprudencial com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional requerida comprovação e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não se oferecendo como bastante a simples transcrição de ementas sem realizar o necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

(...)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial" (fls. 189-191 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade, eliminar a contradição ou corrigir erro material, mas, sim, reformar o julgado por via inadequada.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

